

# CEM

## CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

### Direito Processual Penal

# Ação Penal

Período 2010 - 2016

**1) CESPE - Analista Judiciário - TJDFT (2013)**

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue o item seguinte.

Uma vez apresentada, a representação de crime de ação penal pública somente pode ser retirada antes do oferecimento da denúncia, não se admitindo retratação da retratação.

- Certo  
 Errado

**2) FCC - Juiz Estadual - TJPE (2013)**

Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial

- a) não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.
- b) é indispensável para a propositura da ação penal.
- c) constitui causa de interrupção da prescrição.
- d) suspende o prazo para o oferecimento de queixa.
- e) não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.

**3) CESPE - Procurador Distrito Federal - PGDF (2013)**

Julgue o item subsequente, a respeito da participação do MP no curso das investigações criminais, na instrução processual e na fase recursal.

Nos termos da legislação processual vigente, o MP não está limitado à prévia instauração de inquéritos policiais para promover ações penais públicas, ainda que a apuração dos crimes seja complexa.

- Certo  
 Errado

**4) CESPE - Procurador - AGU (2010)**

A respeito de ação penal, julgue o próximo item.

A possibilidade jurídica do pedido, como condição da ação penal, é exemplificada pela doutrina com a impossibilidade de se instaurar ação penal se o fato narrado na denúncia ou queixa evidentemente não constituir crime e com a impossibilidade de imposição de pena em caso de fato que, pela inicial, não é previsto na lei como crime.

- Certo  
 Errado

**5) ESAF – Analista de Finanças e Controle -CGU (2012)**

Considerando o Inquérito Policial e a Ação Penal, indique a opção correta.

- a) A notícia criminis inqualificada não pode dar ensejo à instauração do inquérito policial e a Delação enseja a instauração do inquérito nos crimes de ação privada e pública condicionada.
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a autoridade policial não pode apreender objetos relacionados com a infração antes da instauração do inquérito.
- c) Em observância ao Princípio da Celeridade, estando o réu preso, em sede inquisitorial, ainda que em face de crime de ação penal pública, o magistrado deve indeferir as diligências requisitadas pelo Ministério Público se entender que as mesmas são protelatórias ou desnecessárias.
- d) O querelante maior de 18 anos de idade, ao renunciar seu direito de ação, poderá, observado o prazo prescricional, oferecer representação, ante o surgimento de novas provas, para que o querelado seja processado.
- e) É facultado ao Ministério Público aditar a queixa-crime, acrescentando elementos que influam na fixação da pena.

**6) FCC – Analista Judiciário -TRF1 -Judiciária -"Sem Especialidade" (2011)**

A ação penal ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha condições de representá-lo, nos crime de ação pública, quando não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal, denomina-se ação penal

- a) privada exclusiva.
- b) pública incondicionada.
- c) privada subsidiária da pública.
- d) pública condicionada.
- e) privada personalíssima.

**7) FCC – Juiz Estadual – TJGO (2012)**

No tocante à ação penal,

- a) a representação é retratável até o recebimento da denúncia.
- b) o acusador não poderá desistir da ação penal.
- c) em regra, o ofendido ou seu representante tem prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de queixa.
- d) no caso de morte do ofendido, extingue-se imediatamente a punibilidade do autor do fato.
- e) as fundações, associações e sociedades legalmente constituídas poderão exercer ação penal.

**8)CESPE – Juiz Federal - TRF1 (2011)**

Assinale a opção correta acerca da competência e da ação penal.

- a) Contra eventuais infrações penais praticadas por gestores públicos cujos atos e contas estejam submetidos à apreciação do TCU, nos termos do atual entendimento dos tribunais superiores, somente

poderá ser instaurado inquérito policial ou deflagrada a persecução penal em juízo após encerramento da via administrativa, com a conclusão do processo de contas, sem a qual não se obterá certeza acerca da legalidade dos atos praticados e da eventual responsabilidade do gestor, nos mesmos moldes aplicados para os crimes contra a ordem tributária, em que há necessidade de encerramento da esfera administrativa fiscal, para a constituição do débito tributário, como condição de procedibilidade.

b) A prática de crimes de abuso contra a ordem econômica e a relação de consumo, especificamente na prestação de serviços e na venda de produtos, mediante ajuste ou acordo entre as empresas para a formação de eventual monopólio, ofende bens jurídicos tutelados diretamente pela União, como a ordem econômica, de forma exclusiva, e ao consumidor, na modalidade concorrente, nos termos expressos da CF, e são, na forma da jurisprudência dos tribunais superiores, de competência da justiça federal.

c) À justiça federal compete conhecer, processar e julgar eventual infração penal de pessoa que se apresente ao gerente de banco privado, na condição de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, e solicite ao funcionário informações acerca de movimentações bancárias de determinado cliente, dada a ocorrência de usurpação de função pública federal e de tentativa de lesar sigilo bancário, com dupla ofensa, portanto, aos bens jurídicos tutelados pela União federal.

d) Havendo conexão entre crimes de competência estadual e federal, firma-se a segunda para conhecer, processar e julgar o feito, consoante preceito contido em verbete sumular do STJ e, mesmo que sobrevenha declaração de extinção da punibilidade em relação ao crime que atraiu a competência federal, permanece este juízo competente para julgar as demais infrações, em face do princípio da perpetuatio jurisdictionis, nos termos expressos do CPP.

e) Constitui crime da competência da justiça federal o transporte de recursos minerais, como de pedras preciosas e semipreciosas, tais como topázio, turmalina, quartzo, entre outras, sem a correspondente documentação e autorização legal, sendo o delito previsto na lei dos crimes contra a ordem econômica e o sistema de estoque de combustíveis, por ser patrimônio da União, conforme disposto na CF, não se exigindo condição específica ou de procedibilidade para a persecução penal em juízo.

#### 9) CESPE - Juiz Estadual TJBA (2012)

A respeito dos institutos aplicáveis ao direito processual penal, e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) A ação civil ex delicto não poderá ser proposta caso a sentença absolutória tenha decidido que o fato imputado ao réu não constitui crime, ante a eficácia preclusiva de coisa julgada.

b) Caso o agente pratique crime permanente com atos de execução e de consumação em diferentes locais do país, deve ser adotada a regra da competência por distribuição.

c) De acordo com o que determina o CPP, durante a fase inquisitorial, o juiz somente poderá ordenar o sequestro de bens a requerimento do MP ou mediante representação da autoridade policial.

d) Segundo entendimento dos tribunais superiores, não é inepta a vestibular acusatória nos crimes societários que não descreva a conduta individualizada de cada sócio.

e) Consoante o entendimento dos tribunais superiores, por constituir ofensa à coisa julgada, a decisão que julga extinta a punibilidade do réu fundada em certidão de óbito falsa não pode ser revogada.

**10) CESPE – Promotor de Justiça -Ministério Público do Estado de Tocantins (2012)**

Jair, dirigindo de maneira imprudente, causou a colisão de seu veículo com o de Maria, que sofreu lesão corporal grave, consistente na amputação de membro inferior, conforme comprovado por laudo produzido pelo perito que realizou seu exame de corpo de delito.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que concerne à ação penal.

- a) Em razão da gravidade das lesões sofridas por Maria, o titular da ação penal, nesse caso, é o MP, que deve oferecer denúncia independentemente de manifestação da ofendida.
- b) Maria ou seu representante legal têm o prazo de até seis meses, contado da data do acidente, para oferecer queixa-crime contra Jair, podendo dela se retratar a qualquer tempo.
- c) A ação penal, nessa situação, só pode ser proposta por Maria, não se admitindo a propositura por representante legal nem por seus sucessores, no caso de sua morte ou ausência.
- d) Maria poderá representar criminalmente contra Jair se o MP deixar de oferecer a denúncia no prazo decadencial, caso em que poderá ingressar na relação processual como assistente de acusação.
- e) Nesse caso, a ação penal é pública condicionada à representação da vítima, tendo Maria o prazo decadencial de seis meses, contado da data em que tomou conhecimento de que o autor da lesão foi Jair, para contra ele representar.

**11) FCC – Técnico Judiciário - TRT1 (2011)**

A ação penal que só pode ser proposta pelo ofendido, não se estendendo esse direito ao cônjuge ou aos sucessores em caso de morte ou ausência, denomina-se ação penal

- a) privada subsidiária da ação pública.
- b) pública incondicionada.
- c) privada exclusiva.
- d) privada personalíssima.
- e) pública condicionada.

**12) CESPE – Defensor Público Federal -DPU (2010)**

Em relação ao inquérito policial e à ação penal, julgue o item seguinte.

Segundo o STJ, a recusa da autoridade policial em cumprir requisição judicial relativa a cumprimento de diligências configura o crime de desobediência.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**13) CESPE – Analista Judiciário - TRE MS (2013)**

Em relação ao inquérito policial e à ação penal, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a ação penal privada subsidiária da pública, nos crimes de ação pública ou privada, se esta não for intentada no prazo legal, decaindo o ofendido, ou seu representante legal, desse direito se não o

exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber da omissão do MP.

b) Mesmo depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá prosseguir com as investigações, se tiver notícia de outras provas.

c) Ainda que o inquérito policial tenha sido arquivado por despacho do juiz, o promotor de justiça poderá ingressar com ação penal independentemente do surgimento de novas provas.

d) Por força do dever de persecução penal do Estado, assim que tiver conhecimento da prática de crime – seja de ação pública, seja de ação privada –, a autoridade policial terá o dever de instaurar inquérito policial.

e) Caso o membro do Ministério Público requeira o arquivamento de inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, se discordar dessa manifestação ministerial, poderá ordenar a remessa do inquérito ou das peças de informação a outro representante do MP, para que este ofereça a denúncia.

#### 14) FCC – Analista Judiciário TRE AP – Administrativa (2011)

Considere as seguintes assertivas sobre as espécies de ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal:

I. Na ação penal privada, comparecendo mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o descendente e, em seguida, pela ordem, o cônjuge e o ascendente, podendo, entretanto, qualquer delas prosseguir na ação, caso o querelante desista da instância ou a abandone.

II. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, a ação penal será pública.

III. Na ação penal pública condicionada, o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I e II.
- b) II.
- c) I.
- d) II e III.
- e) I e III.

#### 15) CESPE – Defensor Público – Defensor Público do Estado de Tocantins (2013)

Acerca da ação penal, assinale a opção correta.

a) Admite-se a incidência da preempção na ação penal privada subsidiária da pública se o ofendido não promover a queixa no prazo de seis meses, atingindo a prescrição, também, o direito do titular originário da persecução penal.

b) A legitimidade para a propositura de todas as ações penais é concorrente, consoante atual

entendimento uniforme dos tribunais superiores, e, caso a ação não seja intentada pelo MP, poderá ser proposta pelo ofendido ou por seu representante legal, conforme o caso.

c) O início da ação penal não coincide com o oferecimento da peça inicial acusatória pública ou queixa crime.

d) No processo penal condenatório a instauração da instância, com a propositura da ação penal, é ato complexo.

e) Admite-se, na ação pena pública incondicionada, que a peça inaugural acusatória possa conter imputação alternativa em relação aos fatos, sendo vedada, de forma expressa pelo CPP, a alternatividade em relação à autoria.

#### **16) FMP - Defensor Público -Defensoria Pública do Estado de Roraima (2010)**

Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

a) Nos crimes de ação penal pública, esgotado o prazo para o oferecimento de denúncia, surge um período de legitimidade concorrente, no qual tanto o Ministério Público quanto o ofendido (ou demais legitimados previstos em lei) poderão ajuizar ação penal. Essa legitimidade concorrente perdura até que ocorra a prescrição do crime e conseqüente extinção da punibilidade.

b) Na ação penal privada exclusiva, mesmo não havendo pedido expresso de condenação nas alegações finais orais ou memoriais escritos ofertados pelo querelante, o juiz poderá proferir sentença condenatória desde que o Ministério Público, em seu pronunciamento final, tenha requerido, fundamentadamente, a procedência da ação penal.

c) A perempção é causa extintiva da punibilidade que pode atingir apenas a ação penal privada exclusiva. Resulta de certos atos ou fatos que fazem presumir o desinteresse do querelante no andamento da ação penal. Uma vez reconhecida, impede que nova queixa seja oferecida, ainda que não escoado o prazo decadencial para apuração do crime objeto da ação perempta.

d) Conforme estabelece o Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação é retratável até o momento da citação do réu. Essa regra harmoniza-se como o novo modelo instituído pela Lei n.º 11.719/08, que, alterando a redação do art. 363 do CPP, disciplinou que “o processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado”.

e) Segundo entendimento dominante, a legitimidade consagrada às pessoas jurídicas legalmente constituídas para intentar a queixa-crime, por meio de quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes, restringe-se à ação penal privada exclusiva, não alcançando a ação penal privada subsidiária da pública.

#### **17) FMP - Defensor Público -Defensoria Pública do Estado de Roraima (2010)**

Em relação às ações autônomas de impugnação, assinale a afirmativa correta.

a) Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante nos Tribunais Superiores, as pessoas físicas podem ser pacientes do habeas corpus, sendo, também, admitida a sua impetração em favor de pessoas jurídicas.

b) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus contra decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais

c) Entendem os Tribunais Superiores que, sob pena de supressão de instância, é incabível habeas corpus



contra o indeferimento de medida liminar no âmbito de outro habeas anteriormente impetrado, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou de teratologia da decisão impugnada.

d) Segundo orientação consolidada, descabe mandado de segurança criminal para buscar a exclusão do nome do indivíduo dos registros de antecedentes criminais quando o inquérito policial instaurado contra si foi arquivado, ou quando foi ele absolvido por sentença penal transitada em julgado.

e) A revisão criminal das sentenças condenatórias proferidas em processos findos (trânsitos em julgado) pode ser ajuizada em qualquer tempo, mesmo após cumprida ou extinta de qualquer modo a pena imposta ao réu, desde que antes de sua morte.

**18) CESPE - Analista Judiciário - TJDFT -Judiciária - "Sem Especialidade" (2013)**

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue o item seguinte.

A participação de membro do MP na fase investigatória criminal não acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

- Certo  
 Errado

**19) CESPE - Analista Judiciário - TJDFT - Judiciária - "Sem Especialidade" (2013)**

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue o item seguinte.

Não se admite a renúncia do direito de representação.

- Certo  
 Errado

**20) CESPE - Analista Judiciário - TJDFT -Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal (2013)**

Julgue o item a seguir, relativo à ação penal, à ação civil e à competência.

A perempção, admitida tanto na ação penal privada quanto na pública, acarreta o perecimento da ação penal e a extinção da punibilidade do réu.

- Certo  
 Errado

**21) CESPE - Analista MPU - Apoio Jurídico (2013)**

Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Caso Maria resolva perdoar o autor do estupro, deverá fazê-lo antes do recebimento da denúncia pelo



juiz, o que garantirá a extinção da punibilidade.

- Certo  
 Errado

**22) CESPE - Analista MPU - Apoio Jurídico (2013)**

Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Maria tem o prazo de seis meses para representar contra o suspeito, iniciando-se a contagem, inclusive, do dia em que fez o reconhecimento na delegacia de polícia.

- Certo  
 Errado

**23) CESPE - Analista MPU - Apoio Jurídico (2013)**

Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Caso Maria seja menor de dezoito anos de idade, cabe ao seu representante legal fazer a representação junto à autoridade policial no prazo legal, sob pena de decadência do direito.

- Certo  
 Errado

**24) CESPE - Escrivão - Polícia Civil BA (2013)**

Em relação ao processo penal e à legislação pertinente, julgue o item que se segue.

A vítima que representa perante a autoridade policial queixa de crime de ação penal pública condicionada pode retratar-se até a prolação da sentença condenatória pelo juiz.

- Certo  
 Errado

**25) CESPE - Investigador - Polícia Civil BA (2013)**

Julgue o item subsequente no que concerne à legislação processual penal.

O juiz poderá discordar do pedido de arquivamento do inquérito policial requerido pelo MP, oportunidade em que encaminhará os autos ao procurador-geral e, caso este insista no pedido de

arquivamento, o juiz será obrigado a arquivar o inquérito.

- Certo  
 Errado

**26) CESPE – Tribunal de Justiça Roraima (2013)**

A respeito da ação penal no direito processual brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A ação penal é indisponível, vedada sua desistência pelo MP.  
b) Antes de receber a queixa, o juiz deverá designar audiência de conciliação entre as partes para oferecer-lhes a oportunidade de reconciliação, quando também poderá ser homologado acordo civil em relação aos danos morais decorrentes do crime imputado ao querelado.  
c) Oferecida denúncia em ação penal pública condicionada à representação, a retratação só poderá ocorrer antes do recebimento da denúncia.  
d) Tratando-se de crime de ação penal pública condicionada, a representação poderá ser exercida por escrito, pessoalmente pelo ofendido ou por procurador com poderes especiais, ou oralmente, caso em que se exige ato personalíssimo do ofendido.  
e) A capacidade postulatória perante a justiça criminal é exercida exclusivamente pelos membros do MP, pelos defensores públicos e pelos advogados, sejam esses últimos constituídos pela parte interessada ou nomeados pelo juiz.

**27) CESPE – Polícia Rodoviária Federal (2013)**

No que concerne às disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP), ao inquérito policial e à ação penal, julgue o próximo item.

Após regular instrução processual, mesmo que se convença da falta de prova de autoria do crime que inicialmente atribuíra ao acusado, não poderá o Ministério Público desistir da ação penal.

- Certo  
 Errado

**28) CESPE – Polícia Rodoviária Federal (2013)**

No que concerne às disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP), ao inquérito policial e à ação penal, julgue o próximo item.

O Ministério Público pode oferecer a denúncia ainda que não disponha do inquérito relatado pela autoridade policial.

- Certo  
 Errado

**29) CESPE – Polícia Rodoviária Federal (2013)**

No que concerne às disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP), ao inquérito policial e à ação penal, julgue o próximo item.

É condicionada à representação da vítima a ação penal por crime de dano praticado contra ônibus de transporte coletivo pertencente a empresa concessionária de serviço público.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**30) FCC – Tribunal de Justiça Pernambuco (2013)**

Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- a) É inadmissível propor ação penal de iniciativa privada em crime de ação penal pública.  
b) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, uma vez constatada a falta de prova da autoria e materialidade da infração penal.  
c) A ação penal pública é de iniciativa do Ministério Público, mas, em alguns casos, depende de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo.  
d) Em caso de ação penal de iniciativa privada, o ofendido pode optar por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.  
e) Nas infrações de menor potencial ofensivo, a composição civil dos danos, homologada judicialmente, gera a preempção do direito de queixa.

**31) CESPE – Juiz Federal - TRF2 (2013)**

Assinale opção correta com referência à ação penal e à ação civil.

- a) Uma vez que transite em julgado a condenação criminal que fixe o valor da reparação civil pelos danos causados, o ofendido não poderá mover ação de reparação de danos com o propósito de acrescer seu valor, mas apenas execução do título executivo judicial formado na sentença penal.  
b) O ofendido poderá propor ação civil em face do agente, ainda que a sentença absolutória decida que o fato imputado não constitui crime.  
c) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, no prazo de três dias, se o aceita, não importando seu silêncio em aceitação.  
d) O assistente de acusação, após ser regularmente habilitado no processo, poderá aditar a denúncia oferecida pelo MP.  
e) O MP não pode aditar a queixa-crime por força da prevalência do princípio da disponibilidade da ação penal privada.

**32) FCC – Tribunal de Justiça Pernambuco (2013)**

NÃO ocorre perempção da ação penal de iniciativa privada

- a) quando o querelado aceitar o perdão.
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- c) quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos.
- d) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- e) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

**33) FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa (2012)**

Nos crimes de ação pública, a ação penal será promovida através de

- a) denúncia do Ministério Público.
- b) queixa-crime formulada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.
- c) portaria da autoridade policial.
- d) requisição do Ministro da Justiça.
- e) requerimento de qualquer pessoa maior e capaz.

**34) FCC – Analista Judiciário – Judiciária - TRF2 (2012)**

Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é

- a) pública condicionada à representação do ofendido.
- b) privada exclusiva.
- c) pública incondicionada.
- d) privada personalíssima.
- e) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

**35) FCC – Técnico Judiciário – Área administrativa - TRF2 (2012)**

A respeito das espécies de ação penal, considere:

I. Ação penal que só pode ser proposta pelo Ministério Público.

II. Ação penal em que a legitimidade ativa é exclusivamente da pessoa ofendida, não se admitindo que sucessores assumam o polo ativo.

III. Ação penal que só pode ser proposta pelo Ministério Público se houver representação da vítima.

As referidas ações penais são denominadas, respectivamente, de:

- a) ação penal privada personalíssima, ação penal pública incondicionada e ação penal pública condicionada.
- b) ação penal pública incondicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública condicionada.
- c) ação penal pública condicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública incondicionada.
- d) ação penal popular, ação penal exclusivamente privada e ação penal pública incondicionada.
- e) ação penal pública condicionada, ação penal privada exclusiva e ação penal privada subsidiária da pública.

**36) FCC – Analista Judiciário – Judiciária – Execução de Mandatos - TRF2 (2012)**

A respeito da denúncia e da queixa, é correto afirmar:

- a) A renúncia ao exercício do direito de queixa a um dos autores do crime não impedirá a propositura da ação penal privada contra os demais.
- b) Na ação penal privada, oferecida a queixa, o querelado pode apresentar reconvenção.
- c) A queixa em ação penal privativa do ofendido não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- d) A exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias é um dos elementos tanto da denúncia, como da queixa.
- e) A queixa é ato personalíssimo do ofendido, não podendo ser dada por procurador com poderes gerais, nem especiais.

**37) FCC – Analista Judiciário – Judiciária – Execução de Mandatos - TRF2 (2012)**

A representação

- a) deve ser oferecida no prazo máximo de três meses contados da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, sob pena de decadência.
- b) é formalmente rigorosa, exigindo termo específico em que a vítima declare expressamente que deseja representar contra o autor da infração.
- c) admite retratação em qualquer fase do processo, inclusive na execução de sentença.
- d) não pode, em caso de morte do ofendido, ser oferecida por nenhum dos seus sucessores.
- e) não pode ser ampliada pelo Ministério Público para alcançar fatos novos nela não mencionados.

**38) FGV – Agente Penitenciário - Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária do Maranhão (2013)**

Com relação ao tema ação penal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Na ação penal pública vigoram os princípios da indisponibilidade e da oficialidade.
- b) Na ação penal privada a iniciativa incumbe à vítima ou a seu representante legal.
- c) Na ação penal pública condicionada, a representação da vítima e a requisição do Ministro da Justiça

têm a natureza jurídica de condição de procedibilidade.

d) Legitimidade de parte, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido são condições para a propositura de toda ação penal, seja de natureza pública ou privada.

e) O princípio da indivisibilidade da ação penal não se aplica na ação privada.

**39) FCC – Analista Judiciário – Judiciária – Sem especialidade - TRF 4(2010)**

No que se refere à ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

a) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos.

b) A queixa na ação penal privativa do ofendido não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

c) A representação será irretratável após o encerramento do inquérito policial.

d) A aceitação do perdão fora do processo não poderá ser feita por procurador com poderes especiais.

e) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

**40) OFFICIUM – Juiz Estadual – TJRS (2012)**

Sobre a ação penal, considere as assertivas abaixo.

I – Na ação penal privada pelo delito de calúnia, a queixa-crime, além de observar os requisitos formais de elaboração e outorga de mandato específico, dever ser aforada dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, ressalvada a queixa-crime subsidiária.

II – É admissível, no processo penal, o perdão concedido ao querelado extrajudicialmente, não se exigindo ratificação em juízo.

III – No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, prevalecendo, todavia, a vontade do primeiro dessa ordem.

Quais são corretas?

a) Apenas I

b) Apenas II

c) Apenas III

d) Apenas I e II

e) I, II e III

**41) CESPE – Procurador Federal – Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (2013)**

Com referência às penas e à sua aplicação, julgue o seguinte item.

Por serem os crimes contra a honra, (calúnia, difamação e injúria), independentemente da vítima

ofendida, crimes de ação penal privada exclusiva, essa ação só pode ser iniciada mediante queixa-crime apresentada pela própria vítima, representada por advogado com poderes expressos para tanto.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**42) IESES - Notário e Registrador - Tribunal de Justiça RS (2013)**

Assinale a alternativa correta.

- a) Nas ações penais privadas é vetada a possibilidade de acordo entre as partes.  
b) As ações penais públicas iniciam mediante queixa-crime.  
c) A representação criminal é a peça que inicia a ação penal pública.  
d) Em regra, as ações penais são públicas.

**43) IESES - Notário e Registrador - Tribunal de Justiça RS (2013)**

Assinale a alternativa correta acerca da ação penal.

- a) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.  
b) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.  
c) A representação será retratável em qualquer fase do procedimento.  
d) Nas ações penais privadas, o perdão concedido a um dos querelados não se estenderá aos demais.

**44) VUNESP - Defensor Público MS - DPE MS (2012)**

Segundo as disposições do Código de Processo Penal relativas à ação penal, é correto afirmar que

- a) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, independentemente da aceitação ou recusa dos demais querelados.  
b) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que o crime foi praticado.  
c) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.  
d) nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 (quinze) dias seguidos.

**45) FGV - Analista Judiciário II - Tribunal de Justiça AM (2013)**

As condições da ação são os requisitos necessários para o regular exercício do direito de ação.



A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A legitimidade das partes, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir são condições da ação no âmbito do Processo Penal.
- b) Apesar da controvérsia sobre a natureza jurídica da justa causa, com alguns a incluindo dentre as condições da ação, a jurisprudência tradicionalmente a conceitua como lastro probatório mínimo para o regular exercício do direito de ação.
- c) Além das condições gerais existem as condições especiais da ação que apenas incidiriam em certas espécies de ação penal, como a representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça.
- d) O ofendido em nenhuma hipótese será parte legítima para dar início à persecução penal de uma ação penal originalmente pública.
- e) As condições de prosseguibilidade não se confundem com as condições de procedibilidade, pois as primeiras são relevantes para a continuidade da ação já deflagrada.

**46) FGV - Analista Judiciário II - Tribunal de Justiça AM (2013)**

Sobre a extinção da punibilidade, assinale a afirmativa correta.

- a) É majoritário nos Tribunais Superiores o entendimento de que a extinção da punibilidade em face da morte do agente, quando baseada em certidão de óbito falsa, poderá ser superada com a propositura de nova ação penal.
- b) Desde a reforma do Código de Processo Penal trazida pela Lei n. 11.719 que o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo juiz após a resposta à acusação leva à absolvição imprópria do acusado.
- c) O juiz não poderá declarar a extinção da punibilidade de ofício.
- d) O momento correto para o juiz declarar extinta a punibilidade do agente é após a resposta à acusação. Após esse momento, apenas poderá haver o reconhecimento da extinção na sentença.
- e) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão do ofendido, aceito ou não, nos crimes de ação penal privada.

**47) FCC - Técnico Judiciário - Judiciária e Administrativa- Tribunal de Justiça PE (2012)**

A ação penal proposta pelo ofendido nos crimes de ação pública quando o Ministério Público deixar de oferecer denúncia no prazo legal denomina-se ação penal

- a) popular.
- b) pública condicionada.
- c) privada.
- d) privada subsidiária da pública.
- e) pública incondicionada.

**48) FCC - Técnico Judiciário - Judiciária e Administrativa- Tribunal de Justiça PE (2012)**

A respeito da titularidade da ação penal pública e da ação penal privada, é INCORRETO afirmar que

- a) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver requisição do

Ministro da Justiça.

b) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

c) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, no caso de morte do ofendido, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

d) a ação penal pública pode ser ajuizada por qualquer do povo, no caso de inércia do Ministério Público, e nesse caso, denomina-se ação penal popular.

e) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, caso o ofendido seja declarado ausente por decisão judicial, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

**49) FCC – Técnico Judiciário - Judiciária e Administrativa- Tribunal de Justiça PE (2012)**

“Direito do Estado-acusação ou da vítima de ingressar em juízo, solicitando a prestação jurisdicional, representada pela aplicação das normas de direito penal ao caso concreto”.

(Guilherme de Souza Nucci, Código de Processo Penal Comentado, Ed. RT, 9. Ed. p. 126)

Esse conceito é correto para

a) o processo penal.

b) a ação penal.

c) a relação processual.

d) o Direito Processual Penal.

e) a representação.

**50) CETRO – Procurador – Prefeitura Campinas (2012)**

Em relação à disciplina da Ação Penal, assinale a alternativa correta.

a) A retratação da representação pode ser admitida em qualquer tempo, inclusive após o oferecimento da denúncia.

b) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente. Não se admitirá, em qualquer hipótese, que procurador com poderes especiais represente em nome de outrem.

c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento de patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

d) A queixa na ação penal privativa do ofendido não admitirá aditamento pelo Ministério Público.

e) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo.

Direito Processual Penal

Inquérito

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 E	2 A	3 C	4 C	5 E
6 C	7 E	8 E	9 D	10 E
11 D	12 E	13 B	14 D	15 D
16 C	17 C	18 C	19 C	20 E
21 E	22 C	23 E	24 E	25 C
26 B	27 C	28 C	29 E	30 C
31 B	32 A	33 A	34 C	35 B
36 D	37 E	38 E	39 E	40 D
41 E	42 D	43 A	44 C	45 D
46 A	47 D	48 D	49 B	50 C

